

**NARRATIVAS HISTÓRICAS: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO  
CAFÉ NO ESPÍRITO SANTO**  
**HISTORICAL NARRATIVE: CONSTRUCTION OF COFFEE MEMORY  
IN ESPÍRITO SANTO**

**Lorraine Oliveira Nunez**  
lozinha62@gmail.com

Resumo: Neste artigo, buscamos, através de uma digressão histórica, as origens e permanência das narrativas em torno da “identidade cafeeira” para o Estado do Espírito Santo, no intuito de explicitar os discursos fundadores de tal regionalismo. Propomos situar a importância que institutos de memória, como o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo/IHGES, exercem no processo de construção de uma narrativa histórica ao Estado. Essa pesquisa nasceu da necessidade de compreender como essas narrativas foram sendo apropriados pelas práticas preservacionistas no campo do Patrimônio Cultural, resultando na abertura do processo de tombamento da cidade de Muqui como sendo “zeladoras da identidade cafeeira do Espírito Santo” pelos governos federais, estaduais e municipais do Estado.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, memória, cultura cafeeira.

Abstract: In this article, we seek , through a historical tour , origins and permanence of stories around the " coffee identity " to the state of the Holy Spirit in order to explain the founding discourses of such regionalism . We propose to situate the importance that memory institutions such as the Historical and Geographical Institute of the Holy Spirit / IHGES, engaged in the construction of a historical narrative to the state. This research arose from the need to understand how these narratives were being appropriated by preservation practices in the field of Cultural Heritage , resulting in the opening of the tipping process citie like South Muqui as " keepers of the coffee identity of the Espírito Santo " by governments federal, state and municipal state.

Keywords: Cultural Heritage, Memory, coffee culture.

Ao buscar conhecer as narrativas historiográficas presentes nos dois inventários culturais intitulados “Processo econômico do café no século XIX e XX” (2011-2013) e “Inventário Nacional de Referências Culturais nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul” (2013-2014) realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Espírito Santo (ES), pudemos perceber a naturalização de um discurso de identidade e memorialístico promovido por intelectuais da sociedade espírito-santense em determinadas épocas, principalmente historiadores. Ocuparia lugar de destaque nessa rede o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), que desde o final do século XIX vinha se dedicando amplamente à composição da historiografia brasileira e espírito-santense e a busca pela legitimação do Estado, as ações de governo do Estado do Espírito Santo entre 1950 e 1970, cujo um dos objetivos era a releitura da história do Espírito Santo, e, posteriormente, na década de 1980, os trabalhos monográficos e dissertativos produzidos em cursos de graduação e mestrado em história, onde as discussões e estudos a respeito da sua historiografia e práticas da escrita da história tinham lugar<sup>1</sup>.

Importante dizer aqui, que, o trabalho do IHGES não cessa, ocorrendo concomitantemente às ações do governo do Estado do Espírito Santo e aos trabalhos universitários e é, todavia, órgão atuante. Como veremos neste artigo.

As estratégias de conservação e preservação do patrimônio cultural do café, no ES, tiveram início em 2006, com o pedido de tombamento federal pelos moradores de Muqui, localizado ao sul do Estado. A cidade já tinha o título de Patrimônio Cultural do município, e a elevação de Muqui à categoria de patrimônio cultural estadual encontrava-se em andamento. Nesse ínterim, surge a necessidade de a Superintendência do Iphan no Espírito Santo traçar políticas públicas de patrimônio para Muqui, a partir de novas abordagens teórico-metodológicas do campo do patrimônio, sendo o inventário de bens culturais uma das etapas previstas nesta metodologia.

O apelo ao discurso historiográfico foi fundamental para legitimar as ações em torno do que seria “a promoção da identidade e da cultura cafeeira” (IPHAN, 2011) no Espírito Santo, movimento presente nas superintendências do IPHAN localizados no Estado

---

<sup>1</sup> Interessante notar que os primeiros trabalhos acadêmicos a respeito da História do Espírito Santo foram realizados no Rio de Janeiro. A criação do bacharelado em História na Universidade Federal do Espírito Santo só ocorreria em 17 de abril de 1980 (Processo 6.912/76). Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo. História. Disponível em: <http://www.historia.ufes.br/hist%C3%B3rico-da-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-hist%C3%B3ria> acessado em 25 de Março de 2016.

do Sudeste<sup>2</sup> e cuja representatividade do Espírito Santo neste cenário causava desconforto por aqueles que questionavam a restrita lista de bens culturais presentes em seu território como sendo patrimônio cultural nacional. No discurso local, tendo o Espírito Santo vivido o processo econômico do café, no mesmo contexto que os outros estados do Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), como explicar a inexistência de bens tombados e/ou registrados no Estado do Espírito Santo nessa temática? Tal consideração possibilitou o entendimento da complexidade envolvida na gestão patrimonial, na obtenção de recursos e nas lógicas de poder que regem o que pode – ou não – ser *patrimonializado*.

Notaremos que a identidade do café do ES, longe de ser um dado natural e intrínseco à região, envolve complexas relações de poder. No ES, em específico, acreditamos que a construção da imaginária cafeeira fora realizada por historiadores espírito-santenses e, posteriormente, apropriada pelo órgão de preservação cultural.

Nesse sentido, ao trabalharmos a materialidade discursiva, que confere visibilidades e sentidos à narrativa historiográfica do café, em uma perspectiva de interpretação da história, podemos compreender quais os elementos que foram e estão sendo valorizados pelos órgãos de preservação, pois, ao trabalhar com a escrita da história, trabalhamos com valores, com interpretações desses valores e, nesse sentido, uma análise sobre ela pode contribuir com novos olhares os elementos de *patrimonialização* de memórias e identidades.

Sendo assim, como situar a produção historiográfica sobre o Espírito Santo? Ou seja, com que valores foi escrita a história do Estado? Gabriel Bittencourt, em seu livro *Literatura e História, Historiografia Capixaba*<sup>3</sup> localiza obras que tratam da história do Espírito Santo desde o ano de 1840 até 1980. No entanto, consideramos outra hipótese: a “história” do Espírito Santo tem sua grande base teórica estruturada a partir do dia 12 de junho de 1916, data da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Este Instituto foi determinante em fundar uma forma de olhar para a história do Espírito Santo que influenciou gerações de historiadores. Para analisa-las, é necessário compreender a conjuntura de criação e a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

---

<sup>2</sup> “IPHAN estuda ações de preservação e valorização do patrimônio cultural do café na região Sudeste”, notícia publicada em 09 de maio de 2011, às 15h21. Fonte: <http://www.iphan.gov.br>

<sup>3</sup> BITTENCOURT, Gabriel. “*Literatura e História, Historiografia Capixaba: Bibliografia da 1ª República*”. Vitória: IHGES, 1984.

O IHGB, fundado em 21 de outubro de 1838, foi criado com diretrizes bastantes claras sobre o que ambicionava promover naquele contexto. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, em *Cultura é Patrimônio*<sup>4</sup>,

No IHGB desejava-se produzir uma reflexão sistemática sobre os problemas da nação e do Estado, a fim de implementar um projeto civilizador. As pesquisas de caráter geográfico objetivavam definir os contornos e limites do país, inventariar riquezas naturais, conhecer a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas. As pesquisas de caráter histórico voltavam-se para a história da ocupação do território, das guerras, da diplomacia e dos tratados, capazes de fornecer as bases da legitimidade do novo país perante as nações estrangeiras, principalmente os vizinhos americanos. Fazia parte dessas pesquisas resgatar episódios exemplares do passado, fornecer modelos de força e virtudes – biografias de personalidades históricas – que pudessem influenciar as novas gerações.<sup>5</sup>

Através do fomento de pesquisas e da preservação histórico-geográfica e cultural, o IHGB promoveu a escrita da História do Brasil, a ser produzida pelos membros do Instituto, os quais deveriam ressaltar os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, colocando a jovem nação brasileira como herdeira e continuadora da tarefa civilizadora portuguesa. O IHGB constituiu-se em instituição pioneira e sólida nesse sentido que, contando com forte subvenção oficial e intervenção pessoal do próprio imperador, em seus primeiros cinquenta anos nunca deixou de publicar sua revista. Enquanto instituição nacional mais duradoura, teve atuação decisiva nos debates historiográficos e em sua divulgação, ainda que de maneira indireta, através dos livros didáticos.

Os membros do IHGB, responsáveis pelos levantamentos e escrita da história eram membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome -literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos, segundo Lúcia Lippi (2008).

Durante muitos anos, o IHGB era o único expoente da produção do saber histórico nacional. Instituição localizada no Rio de Janeiro, sede da corte e, portanto, credenciada a representar toda a nação, reuniu em seus quadros a nata da sociedade e da intelectualidade da época, aglutinando membros locais – sócios-efetivos – e de outras partes do país e do mundo – sócios-correspondentes. Sua hegemonia só seria parcialmente

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “*Cultura é Patrimônio: um guia*”. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “*Cultura é Patrimônio: um guia*”. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 14.

quebrada em 1862, com a criação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), este cuja atuação se destaca pela acentuada preocupação com as questões regionais.

Posteriormente, novos institutos, com base local, começaram a surgir, como o de São Paulo, fundado em 1894; o de Minas Gerais, em 1907; e o do Espírito Santo, em 1916, para citar apenas os localizados na região Sudeste. Todos os institutos locais procuravam se filiar, por um lado, ao modelo proposto pelo IHGB – o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, do formato das revistas e do intercâmbio entre seus membros – e, por outro, buscavam justamente realçar aspectos da história local, salientando a importância da região que os abrigava na composição da história nacional.

Assim, apesar de manterem como modelo o IHGB, as instituições locais, como o IHGES, que nos interessa mais diretamente, guardavam sensível diferença em relação à matriz localizada no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o Instituto, fundado 27 anos após a Proclamação da República, não possuía comprometimento algum com a Monarquia. Além disso, enquanto instituição local e no contexto de um regime acentuadamente federalista, o IHGES se empenharia em justificar o predomínio econômico e político do Espírito Santo na Primeira República.

Funcionando, no momento de sua criação, em 1916, em uma das salas do Edifício do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo, o IHGES seria uma associação destinada ao estudo da História e da Geografia, especialmente no que se referisse ao Estado do Espírito Santo. Reuniram-se na data de sua criação, além dos promotores da ideia, outros 41 nomes relacionados na ata de fundação.

Como as instituições congêneres locais, o IHGES espelhava-se na sua “matriz” e, embora seus estatutos fossem praticamente idênticos, dos objetivos à hierarquia interna, não gozou o IHGES do mesmo prestígio e recursos. Após o primeiro número da sua revista, em 1917, o segundo número só viria a ser publicado cinco anos depois, em 1922, ano em que se publicou também o terceiro número. Como detalha Neves<sup>6</sup> “a rigor somente os heroicos primeiros números da Revista foram publicados por recursos do IHGES ou contando em parte com recursos próprios de seus sócios, em que pese ao fato de o segundo e o terceiro números terem sido publicados nas Oficinas da Imprensa Estadual”.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo serviria como principal veículo de informação, divulgação de atividades da casa, produção de seus sócios

---

<sup>6</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003, p.09

e, principalmente, de afirmação dos valores que estavam sendo construídos. De fato, o objetivo do Instituto à época era o de colher e sistematizar o maior número de documentos possíveis sobre a história do ES. Ainda segundo Neves<sup>7</sup>,

Esse resgate das tradições locais invocadas, na ocasião, como motivo para a fundação do IHGES teve, então, uma função específica: a de fundar, em bases “científicas”, uma individualidade capixaba, ameaçada até mesmo de extinção, pela falta de registro, pelo expansionismo cultural e inclusive militar dos vizinhos.<sup>8</sup>

Os trabalhos do Instituto estão inseridos no contexto em que a história está se afirmando como ciência. O recurso às fontes escritas dava o caráter de verdade e de verossimilhança para a narrativa da história espírito-santense que estava sendo construída. É interessante observar a campanha lançada pelo Instituto para a arrecadação dessas fontes, estimulando sua doação pela sociedade e dando publicidade aos que tivessem maior interesse.<sup>9</sup>

O conhecimento gerado a partir desses documentos teria como particularidade inserir o Espírito Santo nos movimentos do passado, consagrados pela historiografia nacional como sendo a origem do movimento republicano e nacional e, também, de produzir dados no âmbito da geografia que ajudassem a mapear os limites interestaduais do estado do Espírito Santo.

A partir do IHGES seria tecida a legitimação do papel do Espírito Santo dentro da Federação, por meio da valorização do seu passado. A Revolução Pernambucana (1817) seria o evento “mais completo até então, nos arraiais das ideias democráticas, fundando o primeiro governo democrático”, como lembrou Carlos Xavier Paes Barreto no discurso pronunciado na sessão de fundação do IHGES. Esse movimento – de forte sentimento em relação às ideias de liberdade, de autodeterminação dos povos e de república – teve como líder o revolucionário Capitão-Mor de Olinda, Domingos José Martins, o popular “Suassuna”, natural da capitania do Espírito Santo. Buscando, assim, a inserção de o

---

<sup>7</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

<sup>8</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003, p.11.

<sup>9</sup> Através da Revista do IHGES foram publicados diversos documentos que serviam ao interesse do público geral, dentre os quais podemos citar os documentos extraídos do “livro de registro dos officios, ordens portarias, para dentro da Capitania do Espírito Santo no ano de 1812”, “proclamação do comandante Manoel Ferreira de Paiva aos cidadãos de Caravelas, pela adesão à Independência do Brasil”, “termo de posse do primeiro Governador Constitucional do Espírito Santo, prestado perante o Congresso Constituinte em 1891” (NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo 2003).

Espírito Santo como sendo reconhecido como integrante determinante desse movimento, em uma relação muito próxima entre o passado e o presente.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nas suas primeiras publicações, dedicaria especial atenção a esse capítulo da história. Além da publicação de documentos referentes à Revolução Pernambucana, o Instituto colocaria em relevo os trabalhos biográficos, principalmente sobre Domingos José Martins, escolhido para ser patrono do Instituto, “cuja elevação a herói estadual era proposta pelos mesmos idealizadores da casa, empenhados no contemporâneo anseio pela busca por um símbolo da identidade capixaba”.<sup>10</sup>

A escolha de Domingos José Martins para patrono do recém-criado Instituto e a campanha realizada para a sua consagração como herói de naturalidade espírito-santense não foram aleatórias. Sua participação na Revolução Pernambucana – de caráter antilusitano e republicano, que congregou personalidades de todo o país pela causa da independência – como um dos seus maiores entusiastas e líderes evocava e dava o tom participativo do Espírito Santo na causa republicana, frente a qual se buscava legitimação.

Os artigos no primeiro número da revista tiveram a preocupação central de reparar aquilo que para os autores se travava de um erro – a questão da naturalidade e da importância do republicano frente ao movimento pernambucano: baiano ou espírito-santense? Consultando a documentação disponível, os autores inclinaram-se pela segunda hipótese. Entre a exaltação da naturalidade espírito-santense de Domingos Martins havia também relatos das epopeias do militante no campo de confronto, cujas últimas palavras seriam reproduzidas para lembrar o ato do herói pela causa republicana. Dessa forma, a imagem de Domingos José Martins lentamente passou a ser construída como símbolo de um herói de identidade espírito-santense, cuja memória estava sofrendo pelo descaso da história e dos historiadores.

Para que o Espírito Santo ressurgisse no cenário nacional se fazia necessário que, no âmbito local, se cuidasse de escrever sua história<sup>11</sup>, e foi exatamente isso o que ocorreu. Os primeiros historiadores que escreveram sobre a Revolução Pernambucana

---

<sup>10</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

<sup>11</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

não salientaram a participação de Domingos José Martins como líder. Segundo Neves<sup>12</sup>, nem mesmo os mais respeitados historiadores até então o haviam feito, entre eles Varnhagem, Pereira, Tollenari e o “próprio vulto magestoso (*sic*)” Ruy Barbosa.

Foi o próprio fundador do IHGES, Carlos Xavier Paes Barreto – juiz de direito e desembargador –, um dos que mais se empenharam na consolidação do culto a Domingos Martins, já que entendia que o Espírito Santo deveria “zelar pelas glórias desse ilustre compatriótico”<sup>13</sup>. Restaurados os erros dos historiadores, surge a imagem de Domingos Martins, cujas últimas palavras deveriam ser atendidas: “Digno espírito-santense quando, já algemado, de pés descalços e corda ao pescoço, aguardava o momento em que o seu sangue generoso ia desaparecer para saciar a prepotência dos inimigos do Brasil: *Ide dizer ao vosso sultão que eu morro pela liberdade*”<sup>14</sup>. A mesma liberdade que se percebe na remissão dos pecados pela qual morreu Jesus Cristo, cuja relação encontra-se também estabelecida nas primeiras construções da imagem do mito fundador:

Tres anos mais do que Christo ao ser crucificado tinha Domingos Martins quando, na Bahia, a 12 de Junho de 17, no “Campo de Polvora hoje dos Martyres” de frente erguida, olhar sereno, vê passar o funesto cortejo, o oficial a cavalo e o vermelho alcaide e calmamente recebe a palma do martyrio gritando, com escarneo, a celebre frase, que o seu confessor não deixara terminar.<sup>15</sup>

O mito fundador surge como se o objeto histórico existisse pronto para ser resgatado, brotando naturalmente da documentação. Segundo Marilena Chauí<sup>16</sup>, os mitos fundadores são invenções históricas e construções culturais, e objetivava manter a sociedade unida no processo de formação das nações e, neste caso, do estado do Espírito Santo.

Finalizados os trabalhos de levantamento de fontes e documentos pelo IHGES, cuja coleta havia sido realizada por meio da campanha de doações anteriormente

---

<sup>12</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003, p.40

<sup>13</sup> BARRETOS, CARLOS. Introdução. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória, n.13, maio.1941, p.3

<sup>14</sup> ATHAYDE, Antonio. “*A história do Contestado*”. IN: Revista do IHGES. Vitória, n.14, dez.1941, p.3.

<sup>15</sup> Discurso proferido por Getúlio Marcos Pereira Neves, disponível em: NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. IN: “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003, p.41.

<sup>16</sup> O termo ‘mito’, na obra de Chauí, vai além do sentido etimológico de feitos lendários. Ela o abrange mesmo em seu sentido antropológico, usado como instrumento de preenchimento do imaginário popular na resolução de tensões, conflitos e contradições, difíceis de serem solucionadas no nível da realidade. O termo ‘fundador’, por sua vez, como a própria palavra sugere, está ligado às origens, mas não somente. Chauí sugere o uso da acepção psicanalítica para o termo, como uma tendência à repetição do imaginário acima descrito, capaz de bloquear a percepção da realidade e de impedir sua transformação. Fonte: CHAUI, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

mencionada, a qual fora vinculada nos jornais pelo instituto, o “povo” pôde livremente celebrar e homenagear seu herói. Importante fazer um esclarecimento aqui do que se entendia como “povo” e a sua participação nessas homenagens. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, a participação política e intelectual no Brasil era restrita a uma pequena fração da sociedade. Sintetizada na frase “o Brasil não tem povo, tem público” de Lima Barreto<sup>17</sup>, o autor, ironicamente, trata da relação entre o estado republicano e a sociedade brasileira.

A aceitação popular ou imposição institucional desse personagem como herói será percebido já em 1921, pela Lei Estadual 1.307, quando o município de Santa Isabel passou a denominar-se Domingos Martins e, desde 1978, a partir de uma proposta do prefeito de então, acontece todo ano, no dia 12 de junho (suposta data do fuzilamento de Domingos Martins em Salvador, em 1817), a transferência simbólica da capital do Governo do Estado do Espírito Santo para o município, com a participação de todas as escolas da cidade em um desfile cívico.

Os propósitos do IHGES eram semelhantes aos dos outros institutos históricos locais nesse momento, em que buscava-se legitimar o papel do Estado do Espírito Santo, pela via do passado. Como mencionamos, o Instituto dedicou largo espaço à Revolução Pernambucana – que reabilitou oficialmente Domingos José Martins. Celebrando os 93 anos do patrono do Instituto, em 2009, o professor Gabriel Bittencourt profere um discurso de homenagem à efeméride no qual trata de Domingos Martins: “Esse herói, Domingos José Martins, que veio à luz nas terras do Espírito Santo, no atual município de Marataízes, a partir daquele 12 de Junho de 1817, passou a sintetizar, ao lado de Tiradentes e de outros bravos, os ideais de liberdade do povo brasileiro”<sup>18</sup>. Bittencourt concordava com a construção e reconhecimento do herói Domingos Martins como demonstra o trecho a seguir:

A modesta e inexpressiva então Província do Espírito Santo do período revolucionário, a partir do centenário da Revolução Pernambucana, já na República Federativa, passou a comemorar, com a fundação do IHGES, a de 12 de Junho de 1917, aquela data de 12 de junho de 1817, alusiva à Revolução Pernambucana, em Solene Sessão do Instituto, quando são também evocadas as memórias dos sócios falecidos.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Frase atribuída ao escritor e jornalista Lima Barreto, nascido em 13 de Maio de 1881 IN: REZENDE, S. C.; HELLER, L. *O saneamento no Brasil: políticas e interfaces*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

<sup>18</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *“Espírito Santo: um painel da nossa história”*. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002, p. 10.

<sup>19</sup> BITTENCOURT, Gabriel. *“Espírito Santo: um painel da nossa história”*. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002, p.10.

Se houveram vozes discordantes, dado este provável uma vez que a memória é um campo de disputas, faltam identificar. Trata-se de uma coluna na historiografia capixaba. O que podemos afirmar é que essa identidade com a figura *mítica* de Domingos Martins tem sido rememorada anualmente, e sua simbologia foi recentemente reforçada com a sanção da Presidenta Dilma Roussef, Lei nº 12.448, de 15 de Setembro de 2011, para que seja Domingos Martins inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, gerando títulos jornalísticos no Estado todo com os dizeres “Você conhece os Heróis do Espírito Santo?”<sup>20</sup>

Paralelamente aos estudos sobre Domingos Martins, o Instituto também desenvolveu pesquisas de elaboração de dados para a delimitação do território do estado do Espírito Santo e de seus limites interestaduais. De acordo com Neves<sup>21</sup>, se tratava-se, àquela altura, de pensar o que era o “Estado federado do Espírito Santo”, devia-se partir da ideia inicial de um território, território este definido, obviamente, muito mais que pela Carta de Doação de João III a Vasco Fernandes Coutinho, pela tradição e pelos documentos históricos, como consta hoje do art. 2º da Constituição do Estado do Espírito Santo. Tal tradição e tais documentos históricos coube ao IHGES resgatar e coletar.

O trabalho do Instituto demonstrou o esforço em tom narrativo de assegurar e delimitar um território espírito-santense, em uma eventual tentativa de revisão dos seus domínios, de promover sua participação na instalação da República brasileira, e de criar, para os seus habitantes o fortalecimento de uma identidade espírito-santense em oposição ao *outro*.<sup>22</sup>

Domingos Martins *monumentado* passa a atuar na memória dos espírito-santenses, mobilizando a preservação de uma identidade seja étnica, religiosa, tribal, familiar, ou seja, cultural. Michel Foucault<sup>23</sup> considera que não existe nada essencial, nem original, não havendo nenhum objeto que não seja uma construção temporal e social. A concepção do que é patrimônio cultural pode ser entendida, sob esse ponto de vista, que, entre outras coisas, expressa a vontade política de um grupo em construir um espaço e uma

---

<sup>20</sup> GAZETA ONLINE. Conheça os heróis do Estado.07 de Setembro de 2011; JORNAL EBC. Livro dos heróis da pátria ganha quatro nomes.07 de Setembro de 2011. JORNAL SINDIPOL.Domingo José Martins Herói Capixaba. 07 de Setembro de 2011.

<sup>21</sup> NEVES, Getúlio Marcos Pereira. Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. “*Revista do Instituto Histórico e Geográfico*”, Vitória, n. 57, p. 185-206, 2003.

<sup>22</sup> Para Paul Ricoeur, “o outro” é condição *sine qua non* da identidade do sujeito (RICOEUR, 1991, 1997, 2000). Segundo Canclini, o patrimônio cultural é o que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia do grupo. CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária social. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro,.23,p.95-111, 1994.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Fonrense Universitária 2009.

identidade cultural. Além disso, o patrimônio cultural é uma produção constante, dinâmica e cambiante, vinculada a interesses de diversos tipos em um contexto histórico determinante. Este recurso temporal será reutilizado *a posteriori*, como analisaremos no próximo item.

## 1- A reordenação imaginária do Espírito Santo: a construção da identidade cafeeira.

### 1.1 Governo Estadual: Grandes Projetos de Espírito Santo

Sugere-se, a partir da discussão travada na primeira parte do artigo, que o processo de repercussão do conhecimento histórico, que é sempre dinâmico, quando “monumentalizado” em discurso sobre a identidade espírito-santense transforma-se na própria história, como diz Le Goff<sup>24</sup>. Posteriormente à consagração da história e de personagens enquadrados como “republicanos”, outro período passaria pelo mesmo processo: o relativo à história do café no Espírito Santo, a qual se confunde com a própria história da ocupação do território espírito-santense.

Um dos tópicos dessa história refere-se justamente ao cultivo do café e à manufatura do café desde o final do século XVIII até início do século XX, e interessa diretamente à esta pesquisa. O café tem um impacto enorme tanto na economia quanto, de forma mais abrangente, na constituição da própria sociedade do Espírito Santo. Assim, a história do café na região e a história da própria constituição da região se confundem: embora a história do café tenha matizes próprios e características internas decorrentes de seus atributos naturais, de suas particularidades de produção, de manufatura e de distribuição, entre outros, esses padrões próprios configuram alguns dos quadrantes da história do Espírito Santo, nela amparando uma linha de continuidade.

Segundo Celso Furtado (1961), Caio Prado Junior (1970), o estado do Espírito Santo foi uma alternativa à já decadente economia cafeeira do Vale do Paraíba. Em vista do esgotamento das terras cultiváveis no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a migração para as terras virgens do Espírito Santo parecia promissora. Porém, ao mesmo tempo em que o café se expandia para o Espírito Santo, também se expandia para São Paulo, e os historiadores, em grande parte formados neste Estado, deram mais ênfase à história do café paulista do que à história do café no ES. Caio Prado<sup>25</sup>, por exemplo, refere-se à contribuição do café do Espírito Santo para a economia brasileira como “mediocre”, enquanto Celso Furtado<sup>26</sup> se limita a

---

<sup>24</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>25</sup> PRADO JUNIOR, Caio. “*História econômica do Brasil*”. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 117.

<sup>26</sup> FURTADO, Celso. “*Formação econômica do Brasil*”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p.147.

citar, muito *em passant*, a expansão do café para o Espírito Santo e São Paulo, após a crise na produção do Vale do Paraíba.

Ao tratarmos da imagem do Estado do Espírito Santo forjada nas obras de Furtado (1961) e Prado (1970) podemos refletir sobre como a avaliação e a qualificação atribuída à economia, aos valores monetários, aos períodos e circunstâncias do passado são definidas a partir de uma perspectiva de leitura datada historicamente. Como afirma Lucena<sup>27</sup>, “no contexto da historiografia produzida nacionalmente, o Brasil era pensado através da tese dos ciclos econômicos, fato que levou o Espírito Santo a um esquecimento, devido à sua não participação significativa nesses ciclos”. A partir da metade do século XX, podemos observar um período de mudanças político-econômicas no Espírito Santo, durante o qual é possível identificar expectativas, diagnósticos e prognósticos de certa elite espírito-santense ao fazer uma releitura desse passado, estimulando a produção historiográfica local, com a contratação de historiadores e estimulando a retomada de ações do IHGES. Tais ações ocorreram paralelamente.

Com relação a primeira ação citada, ela ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970, identificada como o momento da introdução dos “Grandes Projetos de Espírito Santo”, criada por Jones dos Santos Neves, e consolidada, posteriormente, com o governo de Cristiano Dias Lopes, e efetivado com Arthur Gerhardt<sup>28</sup>. Segundo Marta Zorzal Silva<sup>29</sup>, a implantação dos Grandes Projetos de industrialização concretizados na década de 1970 foram resultado de projetos gestados desde a década de 1950, que passaram, inclusive, pela criação de órgãos como a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), responsáveis pela realização de estudos analíticos que buscavam tanto identificar as razões do atraso quanto projetar o desenvolvimento espírito-santense, elaborando diagnósticos e prognósticos sobre a condição do Espírito Santo.

Encontrava-se nos planos do projeto intitulado “Grandes Projetos de Espírito Santo” medidas que iam desde projetos econômicos a uma releitura da história espírito-santense, e nessa vertente foi produzida a obra de José Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo*. Financiada pelo governo de Jones dos Santos Neves, a obra desse

---

<sup>27</sup> LUCENA, Adriana. Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. In: IPHAN. “Patrimônio: práticas e reflexões”. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p.03.

<sup>28</sup> VASCONCELLOS, João Gualberto. Trajetória política ou desafios. In: BITTENCOURT, Gabriel. “Espírito Santo”: um painel da nossa história. Vitória: Imprensa Oficial/ES, 2002

<sup>29</sup> SILVA, Marta Zorzal. “Espírito Santo”: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/SPDC, 1995

autor teve sua primeira publicação no ano de 1951. Conforme Luiz Guilherme Santos Neves,

Pelo quadro antes exposto do qual dou ciência porque o vivi pessoalmente, pode-se afirmar que o livro de José Teixeira não veio com o intuito de desbancar qualquer outra história sobre o Espírito Santo. Isso porque não havia nenhuma história, no sentido de narrativa sistematizada e organizada dos fatos atualizada até a metade do século XX a ser desbancada. [...] A obra veio, na verdade, para suprir uma grande lacuna na minguada bibliografia histórica do Espírito Santo, onde a falta de uma História geral do Estado, consistente e confiável, fazia-se sentir a toda hora.<sup>30</sup>

A obra *História do Estado do Espírito Santo* é considerada como referência da historiografia espírito-santense. Mas deve ser observada, também, como portadora de um discurso que se pretende oficial, tendo sido editada por três governos estaduais nos anos de 1951, 1974 e 2008. Outro livro sobre a história do Espírito Santo só foi escrito 30 anos após a primeira edição do livro de Oliveira.

Considerando esses fatos, podemos perceber, através da leitura da obra de José Teixeira de Oliveira, o quanto o autor colaborou na consolidação de um discurso sobre o Espírito Santo: o da superação do atraso, correspondente ao discurso político de uma elite espírito-santense. Sua narrativa vincula-se à emergência de um discurso histórico sobre o Espírito Santo, caracterizado pela concepção de atraso, e às interpretações historiográficas formuladas a partir de critérios de avaliação e qualificação do passado fundamentados numa lógica econômica. A visão linear da história do Espírito Santo construída pelo autor foi reproduzida por diversos outros autores espírito-santense, motivo pelo qual se faz premente analisar com maior profundidade a estrutura narrativa do autor e, conseqüentemente, o lugar da economia cafeeira em *História do Estado do Espírito Santo*.

Na narrativa do autor, o ES tem como marco inicial a chegada do primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, e sua jornada na colônia, dividindo-se então sua análise pelos marcos do período colonial, imperial e republicano. Do isolamento, impedimentos e dificuldades de prosperidade, característicos do período colonial, o Espírito Santo passaria pelo século XIX modificando lentamente sua condição até chegar ao período republicano, quando encontraria, enfim, as condições de superação do atraso que o caracterizara historicamente.

---

<sup>30</sup> NEVES, Luiz Guilherme Santos. Vitalidade e permanência na Historiografia Capixaba. In: OLIVEIRA, José Teixeira. “*História do Espírito Santo*”. Vitória: Coleção Canaã, 2008. p. 23.

Desse modo, o autor caracteriza a Colônia, o século XIX e o período republicano comparativamente. Deparamo-nos, ao longo da leitura, com a invenção de um passado colonial como sendo a origem do atraso: o Espírito Santo teria sido o avesso da prosperidade graças aos impedimentos e às dificuldades enfrentados no período, tais como a ausência de administradores, o isolamento em relação a outras capitanias e a falta de uma política da Coroa Portuguesa para o Espírito Santo, além do papel de barreira destinado à Capitania quando da exploração do ouro nas Minas Gerais.

Na construção da narrativa da superação do atraso, o século XIX seria aquele em que teria se dado a libertação do Espírito Santo dos impedimentos dos séculos coloniais. É nesse momento que o papel da economia do café passa a ser delineado na historiografia do ES. Segundo Oliveira<sup>31</sup> “embora continue sendo uma incógnita histórica a introdução da cultura do café no território espírito-santense, vale acentuar que, em 1812, as lavouras do rio Doce já produziam para exportação. Aliás, o lote então vendido alcançou o preço de 3\$000 por arroba”.

Para Oliveira<sup>32</sup>, o café conquistou assim, passo a passo, a liderança da economia do Estado, constituindo-se na especialidade não apenas de um município, mas, sim, de todos os pontos da Província, “pois este gênero por seu preço, que se tem conservado sempre elevado, e geral consumo torna-se a esperança tanto do grande como do pequeno cultivador”<sup>33</sup>. E, devido a expansão do café por todo o território, o autor percebeu que se alterava, desse modo, toda a realidade local, e o crescimento extraordinário da arrecadação permitiu ao presidente Muniz Freire proferir palavras animadoras e que são relatadas por Oliveira em seu livro, são elas:

O Estado, que até os últimos dias que antecederam à Constituição republicana, era arrolado nas estatísticas oficiais como um fardo da Nação, revelando rapidamente o seu cabedal de riqueza e de vida própria, sopesando sem constrangimento algum os grandes ônus da nova situação política, apresenta um orçamento cinco vezes maior que o da antiga Província.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. “*História do Estado do Espírito Santo*”. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. “*História do Estado do Espírito Santo*”. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. “*História do Estado do Espírito Santo*”. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008

<sup>34</sup> Essas palavras foram proferidas pelo Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo em 1894, quando da instalação do Congresso Legislativo, em Vitória. Fonte: FERREIRA, Gilton Luís. “*Um desejo chamado metrópole*”. A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009, p.87.

Segundo Teixeira de Oliveira<sup>35</sup>, o Estado do Espírito Santo também participou da economia da cana de açúcar e do ouro, porém essas não se sobressaíram. Para o autor, o café produzido no Estado assumiu proporção decisiva na formação econômica local, sendo fundamental para a modificação do panorama de “economia de sobrevivência”, atraso e até mesmo da condição de “cinturão armado” que mantinha frente aos demais estados da região sudeste.

A obra escrita por José Teixeira de Oliveira, no contexto dos “Grandes Projetos de Espírito Santo”, primeira edição lançada em 1951, foi, como já dito, durante 30 (trinta) anos a única fonte narrativa da história do Estado em oposição ao que teria sido a pequena dedicação de historiadores consagrados na pesquisa sobre o Estado do Espírito Santo. Este livro contou com fortes investimentos governamentais com o objetivo de reescrever esta história, dando destaque a economia do café. A trajetória do ES foi contada e recontada ao longo dos anos tendo como fonte única a obra escrita pelo autor, a seleção de fontes optadas por ele para compô-la.

## 1.2 Universidade: as escritas científicas da História do Espírito Santo

A revisão historiográfica sobre o Espírito Santo possui outro marco orientador com a universalização do curso de graduação em história com a criação do curso na Universidade Federal do Espírito Santo, formando assim, os primeiros historiadores. Nesse contexto, teremos particularidades na escrita da história que serão vistas nesse subtítulo.

Um dos primeiros historiadores que formados nesse período se dedicaram a analisar e a escrever a História do Espírito Santo, foi Gabriel Bittencourt, também membro do IHGES. A importância do café para o Estado é tema da sua consagrada obra *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*, de 1987. Nesse livro, o autor claramente associa a economia do café com a modernização que se instaurou no Estado, reafirmando as ideias de Oliveira<sup>36</sup>. Além de concordar com Oliveira sobre as “condições periféricas” do Estado anteriormente à entrada do café, o autor lista uma série de mudanças advindas do sucesso do plantio. Entre essas modificações estavam a introdução e as melhorias nos meios de comunicação em decorrência da construção de estradas e ferrovias, a navegação a vapor e a participação de migrantes e imigrantes no processo de ocupação do território. O autor

---

<sup>35</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. “*História do Estado do Espírito Santo*”. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. “*História do Estado do Espírito Santo*”. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

reconhecia assim, em especial, o papel da imigração italiana na formação da identidade do ES:

O café foi o motor das estradas, imigração e colonização, navegação a vapor, estradas de ferro, iluminação pública e particular a gás etc., no século passado. Seus efeitos incidirão ainda, decisivamente, nos grandes melhoramentos do início do século XX, quer na iluminação elétrica de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, nos serviços regulares de água e esgoto da Capital, bondes elétricos e ligação ferroviária com o Rio de Janeiro. Finalmente, o café foi também responsável pela criação do primeiro “Distrito Industrial” do Espírito Santo, em Cachoeiro do Itapemirim, no governo de Jerônimo Monteiro, 1908/12, fruto da necessidade de independência da própria monocultura monopolizadora da economia capixaba, secularmente ávida de oportunidades, e que, por consequência, tornou-se presa fácil do gigantismo do café.<sup>37</sup>

Submetida a uma constante revisão, a ciência histórica passa por um processo de mudança de paradigmas a partir dos pressupostos teóricos da *Escola dos Annales e a Nova História*. Bittencourt<sup>38</sup> diferentemente de Oliveira<sup>39</sup>, dado o contexto das primeiras edições de suas obras<sup>40</sup>, estão escrevendo em épocas em que as demandas na escrita da história possuem suas particularidades. O movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: a política pensada além das instituições e a história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; a história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período<sup>41</sup>. O fato de Bittencourt<sup>42</sup> salientar o contributo da imigração italiana, contexto suprimido nas obras de Oliveira, é um dado característico do que estamos falando.<sup>43</sup>

---

<sup>37</sup> BITTENCOURT, Gabriel. “*Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*”. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987, p.22.

<sup>38</sup> BITTENCOURT, Gabriel. “*Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*”. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987, p.22.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. “*História do Estado do Espírito Santo*”. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008

<sup>40</sup> Primeira edição do livro de José Teixeira de Oliveira é de 1951.

<sup>41</sup> BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992, p. 7-16.

<sup>42</sup> BITTENCOURT, Gabriel. “*Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*”. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987, p.22.

<sup>43</sup> REIS, José Carlos. “O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa” In *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.65-90; REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico*. São Paulo: Ática, 1994.

Ao lançar, em 1981, a obra *Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*, a historiadora Vilma Paraíso Ferreira Almada <sup>44</sup>se distancia um pouco da análise mais voltada ao processo econômico do café, caminho seguido por Oliveira e Bittencourt, inserindo questões relevantes à contribuição econômica e cultural com o uso da mão de obra negra escrava no Estado; no entanto, continua a reafirmar o relevante papel que a economia do café trouxe para a região. Com relação ao cultivo do café e sua repercussão no Espírito Santo, a autora escreve:

O café: pilar da economia e das finanças do Espírito Santo. Para se ter uma ideia da importância do café na economia capixaba, é interessante destacar as cifras referentes à sua participação percentual não apenas no valor geral da exportação do Estado, como também na sua receita total. [...] Da análise da tabela 1.2 concluiu-se facilmente ter sido o café a principal e quase única fonte de riqueza do Espírito Santo até 1935, na medida em que a média de sua participação no valor total da exportação do Estado oscilou de 84,9% a 98,9% no período analisado, e a receita advinda do imposto cobrado sobre esse produto, nesse período, nunca foi inferior à média de 67,0%.<sup>45</sup>

Mesmo com as diferenças que permeiam suas obras, para todos esses autores o café passa a ocupar o lugar de primeira economia bem sucedida do Estado: aquela que proporcionou uma ruptura com o “atraso” que caracterizou o período colonial, aquela que criou o salto econômico que permitiu que o período republicano pudesse ser caracterizado como aquele que marcaria o encontro do Espírito Santo com um novo patamar de desenvolvimento, aquela que apresentou ao Estado a possibilidade de conquistar um novo lugar no contexto nacional.

Os trabalhos desses historiadores, seja no levantamento de dados, seja no conhecimento e reconhecimento de uma economia e, posteriormente, da chamada cultura do café em suas mais diversas manifestações, são extremamente importantes para o caráter continuísta e central que o tema do café toma na história do Espírito Santo. É relevante ressaltar também, como apontam as publicações e pesquisas pertinentes ao assunto, que esses trabalhos indicam que com esse movimento os historiadores passam a se apropriar das narrativas de construção de uma história para o Estado, o que por muito tempo ficou a cargo de historiadores de outros estados. A identidade de um Estado exige o conhecimento da sua própria história, o conhecimento das suas características físicas e geográficas, o conhecimento e a construção da ideia de um território espírito-santense.

---

<sup>44</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. “*A escravidão na história econômica social do Espírito Santo (1850-1888)*”. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

<sup>45</sup> ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. “*A escravidão na história econômica social do Espírito Santo (1850-1888)*”. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1981.

Nesse projeto de definição dos contornos da História do Espírito Santo, que é também parte de um projeto de formação de uma identidade, vemo-nos diante de um plano de muitas facetas, dentre as quais a historiografia acabou dedicando especial atenção à cultura do café, fato que se manifesta tanto na diversidade de materiais sobre o tema quanto nas primeiras publicações produzidas com caráter oficial, patrocinadas pelo Estado, que a seu jeito e a seu tempo moldou os rumos e o desfecho da narrativa histórica sobre o Espírito Santo.

Embora, em tese, todas as regiões do Estado tenham colaborado com o surto econômico vivido pelo Espírito Santo com a economia do café, a região sul foi revelada como sendo a especial porta de entrada das primeiras lavouras do café, tornando-se, por essa razão, objeto de estudos mais cuidadosos, revestidos pela aura de tratarem de uma região que foi, na história de sucesso do café, a grande mola propulsora.

### 1.3 O Sul do Estado do Espírito Santo: cidades zeladoras da identidade do café

Caracterizando os textos que apresentam o tema da cultura do café no Espírito Santo, é natural a referência à história também dos cafezais nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, mais comumente a dos fluminenses. Esses trabalhos partem da formulação de que os primeiros centros cafeeiros localizavam-se nessas duas regiões, e, a partir dessa constatação, parte-se para a explicação do porquê, como, quando e onde começa a história do café no Espírito Santo. Essas introduções à história do café em terras espírito-santenses, com o propósito de escrever uma história com origem, meio e fim, é sempre ilustrada com mapas. É, pois, com um dos mais reproduzidos mapas relativos à questão, que se inicia aqui a análise do processo de estruturação de um quadro geral da representação da região sul cafeeira.

Figura 1 – Mapa com a divisa territorial do Rio de Janeiro com o sul do Espírito Santo



[Espírito Santo (Brasil: Estado) - Mapas, Manuscritos] Fonte: Biblioteca Nacional

A expressão geográfica, por meio do instrumental cartográfico, pretendia deixar clara a proximidade entre a história fluminense do café e a história espírito-santense do café. Contando com os recursos de outras disciplinas – como a geografia, a literatura e a história –, historiadores e pesquisadores do tema moldaram as principais fontes, materiais e formas de acesso a um conhecimento que permitisse formular uma história do Espírito Santo<sup>46</sup>. Em seguida, reproduzo a narrativa contida nas fontes bibliográficas pesquisadas até aqui, ou seja, de autoria de José Teixeira de Oliveira, Gabriel Bittencourt e Vilma Almada, que buscam explicar como o café se tornou o principal produto econômico do ES através da sua entrada pelo sul do Estado.

Tudo teria iniciado com a origem do café e sua chegada ao Rio de Janeiro. O fruto exótico, a partir de seu habitat natural, na África, difundiu-se por vários lugares do mundo, chegando à Guiana Francesa. Daí, por obra e graça, diz-se, da simpatia que o militar português Francisco de Melo Palheta despertou na mulher do governador local, aquele trouxe para o Brasil algumas sementes que foram plantadas no Pará, em 1730, não dando certo o projeto de cultivo em larga escala. Levado para o Rio de Janeiro no final do século XVIII, o

---

<sup>46</sup> Fontes: Instrumental geográfico utilizado nas narrativas historiográficas sobre o período cafeeiro pela historiografia capixaba.

café fez sua entrada triunfal na paisagem do estado cobrindo toda a região litorânea até Campos dos Goitacazes.

Do Vale do Paraíba (RJ), seguindo inúmeros e importantes afluentes dos rios, o café, encontrando condições favoráveis de solo, clima e topografia e abundância de terras disponíveis para implantação em larga escala, criou um extraordinário sistema social e financeiro, conhecido historicamente como “Processo Econômico do Café” e que, em sentido amplo, ocorreu ao longo de todo o século XIX. O sistema empregado na plantação do café desgastava o solo, justificando o caminho migratório dos seus produtores em busca de novas terras. Depois do café, restavam decadentes e/ou abandonadas fazendas, vales e morros devastados.

Na medida em que as terras produtivas se esgotavam nas margens do Vale do Paraíba, ou que a produção precisava encontrar novos terrenos para se ampliar, os “fazendeiros do Rio de Janeiro e de Minas Gerais ocupavam terras nas bacias dos rios Itabapoana e Itapemirim”, ao sul do Espírito Santo.<sup>47</sup> Embora não haja unanimidade entre os historiadores de quando ele ocorreu, o importante é compreender que o grande esforço de expansão da área plantada acabou chegando aos limites territoriais e naturais – estes representados pelo Rio Itabapoana, como mostra o mapa da Figura 1 – entre os dois estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Segundo a historiografia presente nessas narrativas, o café representou, portanto, a penetração contínua “no solo virgem” do Espírito Santo, promovendo a ocupação de uma região até então despovoada, argumento usual entre os primeiros historiadores trabalhados aqui – vale ressaltar que, mesmo após sucessivas críticas a esse discurso, ele continua sendo reproduzido. O Sul constituiu-se como o caminho, seguindo o curso dos principais rios e de seus afluentes, para a instalação de extensas plantações, adensando-se as populações rurais e possibilitando-se assim o surgimento de novas cidades.

Segundo Oliveira<sup>48</sup>, os cafezais aumentaram continuamente, e até São Mateus, zona produtora de farinha de mandioca, isolada no norte da província, chegou a contar com 55 fazendas de café que produziam cerca de 30.000 arrobas anuais do produto. Apesar disso, para o autor era ainda o sul que apresentava as melhores perspectivas para os cafezais.

---

<sup>47</sup> Seguimos a divisão territorial indicada por Almada, que explicita ser a área sul do Espírito Santo formada pela “Região de Itapemirim: Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, São Pedro de Itabapoana, Nossa Senhora da Assunção de Benevente, São Pedro do Cachoeiro, Nossa Senhora da Conceição de Guarapary, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Affonsino, São Miguel do Veado” (ALMADA, 1981, p. 25)

<sup>48</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. “*História do Espírito Santo*”. Vitória: Coleção Canaã, 2008.

Faz-se importante, aqui, abordar a questão da representatividade do sul cafeeiro. A área que compreende os municípios que resultaram do período cafeeiro na região sul do estado do Espírito Santo é hoje conhecida como a região dos Vales e do Café. Contudo, parece existir alguma divergência quanto à sua composição. Segundo administradores da Rota dos Vales e do Café, os municípios que a compõem seriam Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Marataízes, Vargem Alta e Mimoso do Sul.<sup>49</sup> Já o Consórcio dos Vales e do Café afirma ser o Sul cafeeiro compreendido pelas cidades de Muqui, Cachoeiro de Itapemirim, Apiacá, Bom Jesus do Norte, Mimoso do Sul e Afílio Vivácqua. Em comum, todos esses locais têm o passado de grandes produtores durante o ciclo do café, nos séculos XIX e XX.

Nota-se que há uma diferença na representação do que seria a região sul cafeeira entre as definições citadas, diferença que acreditamos seria ainda maior se fossem levados em conta, por exemplo, vários outros documentos que buscam definir o que seria a região sul cafeeira do Espírito Santo. No entanto, entre as cidades citadas, existe uma que é unânime, aparecendo em todas as listas: Muqui.

A historiografia espírito-santense analisada para compor este artigo dispõe o ano de 1850<sup>50</sup> como sendo o ano em que os primeiros produtores de café, vindos do Rio de Janeiro, compraram terras no sul do Estado, mais especificamente em Muqui.

A partir desse ponto do artigo analisaremos na narrativa historiográfica presente nos inventários de bens culturais produzidos pelo IPHAN/ES, como colocam a cidade de Muqui como sendo o sítio cuja identidade do café está preservada. O motivo seria o mesmo: ao analisar os textos programáticos do IPHAN (planos anuais, projetos base, diretrizes) e relatórios técnicos, encontramos nelas referências bibliográficas que apresentam concepções de história e do patrimônio cultural de Muqui e da identidade do café para o Espírito Santo. Na análise dos discursos presentes nos documentos, vimos que elas consolidam concepções específicas da história e impõem marcos discursivos que orientam as ações de órgãos de preservação atuais.

As principais obras citadas nos inventários são: *Muqui – Cidade Menina, 1850-1989* de autoria de Paulo Henriques de Mendonça e *Muqui, passado de glória, futuro de esperança* da autora Ney Rambalducci, formando objetos de análise.

---

<sup>49</sup> Conforme informações disponíveis no site do Governo do Espírito Santo ([http://www.es.gov.br/site/turismo/rota\\_vale\\_cafe.aspx](http://www.es.gov.br/site/turismo/rota_vale_cafe.aspx)).

<sup>50</sup> Esse marco tem sido questionado atualmente. No site da câmara municipal de Muqui, um historiador independente afirma ele ter se encontrado com parentes de Werneck na cidade do Rio de Janeiro e visto comprovação documental de compras de terra na região anterior a essa data. Fonte: [http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu\\_virtual.asp?id=19](http://www.camaramuqui.es.gov.br/museu_virtual.asp?id=19)

No recorte cronológico da história de Muqui, segundo esse discurso que estamos analisando e que por ora será denominado de “oficial”, teríamos com Werneck, a primeira fazenda erigida denominada de Fazenda Santa Tereza do Sumidouro, transformando-se na mais importante fazenda de café da redondeza e em ponto de convergência da vida social da região. A historiografia espírito-santense dispõe o ano de 1850 como sendo o ano em que, “passado o maciço florestal que era a região, um moço da família ilustre da Província do Rio de Janeiro, José Pinheiro de Souza Werneck, da heráldica Valença, adquiriu a João Corumba os seus direitos na veia aberta feita na região de Sumidouro”, segundo afirmações de Mendonça<sup>51</sup>. Além disso, ainda conforme o mesmo autor,

José Pinheiro de Souza Werneck foi o primeiro marco humano do início do desbravamento do nosso solo. Descendente dos Barões de Ipiabas, família tradicional da terra fluminense, e ele mesmo era pessoa afável, educada e fina, comprovou no decorrer dos tempos ser possuidor de grande caráter.<sup>52</sup>

Os atributos imbuídos pelo autor ao pioneiro da cidade não se restringiram a ele, mas se estendiam a todos que chegavam para colonizar Muqui: “felizmente, não tivemos nos nossos inícios gente de origem duvidosa ou fugidos da ação criminal. Para aqui veio gente de boa cepa, famílias de elevado timbre moral que aqui continuaram as tradições avoengas, formando clãs que são nosso orgulho”<sup>53</sup>

A mudança de Werneck e sua família concorreu para a vinda de outros fazendeiros, dando origem às diversas fazendas espalhadas pela região. Foi no cruzamento de duas importantes fazendas de café, às margens do Ribeirão Muqui, que se instalou a povoação conhecida primeiramente como Arraial dos Lagartos. Em um lote de terra doado pelos fazendeiros João Pedro Vieira Machado e João Jacinto foi então erguida a primeira igreja católica da futura cidade, em intenção de São João Batista. Esses fazendeiros se instalaram na região após a “descoberta” de terras férteis, ideais para continuar promovendo o plantio do café.

Desse modo, constituía-se a ancestralidade de Muqui como sendo formada de brancos vindos principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que traziam consigo títulos de nobreza e cujos sobrenomes precediam qualquer ato. No período de construção da

---

<sup>51</sup> MENDONÇA, Paulo Henriques de. “*Muqui – Cidade Menina*”, 1850-1989. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989, p.100.

<sup>52</sup>MENDONÇA, Paulo Henriques de. “*Muqui – Cidade Menina*, 1850-1989”. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989, p.100.

<sup>53</sup>MENDONÇA, Paulo Henriques de. “*Muqui – Cidade Menina*, 1850-1989”. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989, p. 69.

identidade de Muqui, não havia a ideia da miscigenação das três raças - teoria sustentada, principalmente, por Gilberto Freire em sua célebre obra *Casa-Grande e Senzala*, de 1933 -, predominando somente a raça branca. Os índios e os negros estavam excluídos do processo, e seus papéis no período de colonização de Muqui, quando citados pela historiografia, adquirem formas quase romantizadas, como se pode observar no trecho a seguir:

Larga e fecunda contribuição ao desbravamento de nossas terras prestou o elemento negro através do braço escravo, a princípio e depois por meio dos numerosos trabalhadores que ainda prestam serviços nas lavouras. Contam as crônicas que tivemos fazendas que chegaram a possuir 80 a 100 escravos. As propriedades que tiveram braço servil foram as de Santa Rita, Floresta, Entre Morros, Bom Destino, Sumidouro, Verdade, Desengano, Saudade, Primavera e Providência. Delas recolheu o “Museu de Escravidão”, inaugurado no município, material abundante que testemunha o trabalho da população negra no esforço do desbravamento do município. Examinando-se os instrumentos de suplício aqui recolhidos, chega-se à conclusão de que os nossos senhores de escravos foram humanitários, pois nenhum deles revela a índole bárbara e sanguinária que predominou na mentalidade daquele tempo.<sup>54</sup>

Com essa narrativa celebra-se a pequena contribuição dos negros e a exaltação de uma colonização tolerante, aberta e suave. Em outra passagem de sua obra, Mendonça cita, muito brevemente, “o elemento negro” que teria concorrido “com sua parte na mistura que se processou” em Muqui. A ausência de fronteiras entre culturas é reforçada, uma vez que não são localizadas fontes indicadoras de qualquer disputa territorial com os outros povos que antes habitavam aquelas terras, como ocorreu em diversas partes do Espírito Santo. De acordo com Rambalducci,<sup>55</sup> “de tribos indígenas, sabe-se apenas que índios Puris habitaram um aldeamento na Fazenda Verdade”.

Com relação a essa última afirmação, com exceção de alguns sítios, como o “Abrigo Fortuna”, poucos estudos arqueológicos ocorreram na região, informação que poderia corroborar a afirmação acima. Temos, no entanto, uma bibliografia que trata das questões referentes à pré-ocupação das terras do Espírito Santo, na qual se apresentam informações que indicam que a maior parte do atual território do ES era ocupada por diversas etnias indígenas:

De modo geral, pode-se afirmar que a população indígena que ocupava as terras do Espírito Santo se tratava de grupos de caçadores-coletores nômades, que posteriormente se fixaram nas terras passando a desenvolver a agricultura especialmente da mandioca, utilizando-se de técnicas como a coivara, em uma região chamada por eles de capixaba – que significava roça,

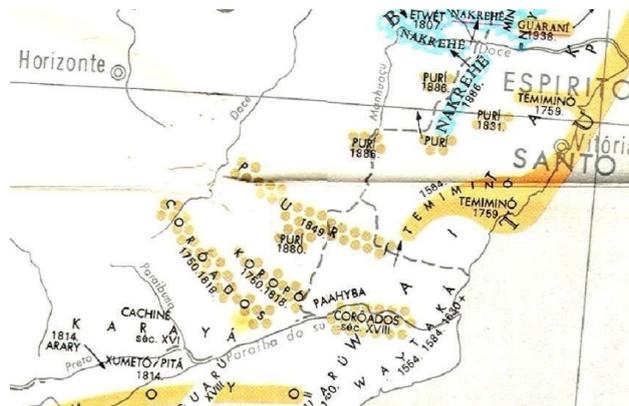
---

<sup>54</sup> MENDONÇA, Paulo Henriques de. “*Muqui – Cidade Menina, 1850-1989*”. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989, p. 69.

<sup>55</sup> RAMBALDUCCI, Ney Costa. “*Muqui, passado de glória, futuro de esperança*”. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1991, p.15.

roçado, ou terra limpa para plantação de milho ou mandioca. Esta ocupação pretérita remonta a cerca de seis mil anos, e da qual as informações disponíveis são concedidas por meio da análise de vestígios arqueológicos. Destes, notadamente dos sambaquis que apresentam material malacológico (moluscos) e lítico (pedras), além de artefatos cerâmicos com decoração variada e representante de grupos da tradição Tupi-Guarani e Una, registre-se a memória dos nossos antepassados nativos da *Terra Brasilis*, dentre eles as tribos dos Tupiniquins, Tupinambás, Purís, Coroados e dos Botocudos que ocupavam o território do atual Espírito Santo<sup>56</sup>.

Figura 2 – Croqui de Curt Nimuendajú, apresentando a região objeto de estudo, com data de registro histórico dessas ocupações indígenas.



Fonte: NIMUENDAJÚ, 1981

Dando continuidade à narrativa oficial sobre Muqui, outro elemento é introduzido: o comércio local para atender as necessidades imediatas. Com a aglomeração de fazendas na região, surgiu a necessidade de pontos de comércio, e foi assim que, com a permissão do fazendeiro João Jacinto da Silva, se deu a fixação do primeiro comerciante, um espanhol de nome Ribas. Após a instalação da primeira “venda”, foi a vez do português Joaquim Pereira Bastos começar com seus negócios, sucedido mais tarde pelos estabelecimentos comerciais de Francisco Rizzo e Francisco Siano, dois troncos de famílias locais que exerceram bastante influência no território político da cidade. Segundo Mendonça,

[...] definindo-se o arraial, começaram a surgir as construções e outros elementos foram atraídos pela povoação que nascia. Muqui era, na época, uma boca de sertão. Tendo boas terras e fazendas a se formarem, era justo que para aqui se voltassem as vistas dos que desejavam ganhar a vida e fazer fortuna. Tornou-se, pois, um foco da atração.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> NIMUENDAJÚ, Curt. “*Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*”. Rio de Janeiro: IBGE, 1981, p. 38.

<sup>57</sup> MENDONÇA, Paulo Henriques de. “*Muqui – Cidade Menina, 1850-1989*”. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989, p.134.

O café teria se tornado “a moeda agrícola brasileira”, tendo a qualidade do produto elogiada em todo o país e no exterior. No período de 1859 a 1874, a cultura cafeeira constituiu quase a metade do valor total da exportação brasileira e, ao fim do Império, cerca de 57% do total. Todavia, a abolição da escravatura, em 1888, ocasionou em uma radical mudança no cenário da produção do “ouro verde” no Brasil<sup>58</sup>, uma vez que os fazendeiros do Brasil usavam, prioritariamente, a mão de obra escrava. Dito de outra forma, o trabalho escravo foi indispensável para o lucro dos colonizadores ao longo dos séculos, tendo sustentado primeiramente a produção agroaçucareira, que foi a base econômica da colônia do Brasil e, posteriormente, o café.

No panorama que se seguiu à abolição da escravidão, o governo no Brasil custeou o recebimento de imigrantes com o intuito de substituírem a mão de obra escrava:

O fenômeno da imigração completou um ciclo iniciado no início do século XIX e mudou radicalmente a fisionomia do Brasil. O país obtivera sua independência nacional, formara uma classe dirigente e encontrara uma produção adequada a seu território, o que lhe permitira expandir suas exportações e acumular capital. Livre da escravatura, iniciara então um rápido processo de mudança de suas estruturas econômicas e sociais, começando a investir parte do capital acumulado para atrair mão de obra europeia (fato que por si mudou radicalmente a face da sociedade civil e da cultura brasileira).<sup>59</sup>

Naquele tempo, acreditava-se ideologicamente que além dos imigrantes europeus possuírem melhor capacidade técnica, e mesmo mais conhecimento específico, eles melhorariam a raça brasileira por meio do branqueamento da nossa população mestiça. O fenômeno da migração se deu no Espírito Santo especialmente no último quartel do século XIX, momento propício para a utilização desta mão de obra livre com o intuito do fomento ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Foi por meio do capital gerado com a produção de café que mais mão de obra imigrante pôde chegar ao Brasil, de modo que uma rede de infraestrutura foi arquitetada através, por exemplo, da construção de estradas e ferrovias:

A primeira imigração oficial, custeada pelo governo somente aqui aportou por volta de 1888, embora elementos italianos, espanhóis e portugueses já aqui tivessem se instalado a procura das terras virgens que eram requeridas ao Governo. As correntes de imigrantes se dirigiram, de preferência, para as Fazendas Sumidouro, Providência, Fortaleza, Monte Carmelo, entre outras. As fazendas de café eram grandes fixadores de braços. Eram alegres as nossas fazendas, especialmente com a colonização italiana que aqui se fixou,

---

<sup>58</sup> ALMEIDA, A. M. L. “*Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX*”. Artigo Científico, Vassouras: Universidade Severino Sombra. 2010.

<sup>59</sup> ALMEIDA, A. M. L. “*Famílias de Elite: Parentela, Riqueza e Poder no Século XIX*”. Artigo Científico, Vassouras: Universidade Severino Sombra. 2010, p. 49.

trazendo os seus hábitos nativos, instrumentos de música, as suas tradições e as suas crenças religiosas<sup>60</sup>.

Nesse momento, segundo a historiografia local, com a vinda dos imigrantes europeus completava-se a “mistura” de Muqui. Ainda segundo Mendonça, tudo isso se deu antes que o povoado recebesse o influxo da estrada de ferro, cujo advento dava sinais de que “o progresso ia se assinalando em ritmo acelerado”:

[...] as pontas de trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina alcançaram o arraial em 15 de Agosto de 1901, datando daí acentuada prosperidade, embora a estação somente estivesse pronta, e fosse inaugurada, em 1º de Janeiro de 1902, com grandes solenidades, recebendo a povoação o nome de Muqui.<sup>61</sup>

A instalação das estradas de ferro constituiu-se como demonstração do aumento no volume da economia cafeeira do sul, que pressionava por investimentos do governo na infraestrutura local, uma vez que o alto custo com a rede de transportes encarecia, sobremaneira, o preço do café, diminuindo o lucro dos produtores. Construídas essencialmente em consequência da importância cada vez maior que conquistavam as lavouras de café, as ferrovias se tornavam novos e importantes estímulos para uma expansão ulterior da cultura do café, o que era proeminente para o novo fôlego dessa cultura na década de 1910, após a crise do café de fins do século XIX – entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a produção de café passou por grande instabilidade, mas se consolidou como a principal atividade econômica do estado, sustentando sua vida pública e particular.

De acordo com as narrativas presentes nos documentos do IPHAN, o cultivo dos cafezais iniciou-se sob a influência do Rio de Janeiro, na metade do século XIX. O café teria adentrado pelo sul do ES e, com o decorrer dos anos, a cafeeira foi se consolidando como atividade econômica para o estado e, conseqüentemente, para o Brasil. Naquele período, o café mostrava vantagens comparativas conquistando, progressivamente, áreas antes cultivadas com cana-de-açúcar. Toda a estrutura produtiva canavieira foi reproduzida nos cafezais: monocultura e regime escravocrata, passando ao sistema de parceria<sup>62</sup> com a vinda dos imigrantes europeus após a abolição da escravidão. A expansão da cafeeira foi rápida, e

<sup>60</sup>MENDONÇA, Paulo Henriques de. *Muqui – “Cidade Menina, 1850-1989”*. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989,p. 50.

<sup>61</sup> MENDONÇA, Paulo Henriques de. *Muqui – “Cidade Menina, 1850-1989”*. Vitória: Sagraf Artes Gráficas Ltda, 1989,p. 51.

<sup>62</sup> Inicialmente funcionava da seguinte maneira: o fazendeiro custeava o transporte dos imigrantes europeus até suas fazendas e estes, por sua vez, pagariam os fazendeiros com trabalho. O trabalho consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, entregando ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços). Esse sistema fracassou e a imigração subvencionada substituiu o sistema de parcerias. Nela, o Estado pagava os custos da viagem do imigrante europeu e regulamentava as relações entre os fazendeiros e os colonos. Para saber mais: COSTA, Emilia Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 6ª ed, 1999.

em 1850 já era notável a importância da cultura no setor econômico do ES. Como consequência desse investimento surgiram também, além da infraestrutura já citada, estradas de rodagem, navegação interprovincial, ferrovias e verificou-se o crescimento das atividades do Porto de Vitória, elementos que beneficiaram ainda mais o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

Localizada nesse “sul cafeeiro” que, como vimos é reforçada pelas bibliografias analisadas, como tido grande importância no projeto de implementação dessa atividade econômica, a cidade de Muqui constitui-se como ponto importante na marcante história do café, assinalando, na trajetória política, cultural e social do Estado, a passagem de uma realidade “rural/atrasada” para uma realidade “urbana/industrializada”, característica de uma historiografia baseada restritivamente nesse binômio interpretativo.

Assim, segundo o discurso oficial, o cultivo do café no Espírito Santo, que teve sua origem na área geográfica do sul do estado e que, ao longo dos seus quase cem anos de vida – do nascimento à derrocada, com a crise da Bolsa de Valores de 1929 –, cristalizou-se na história como formador de uma cultura própria que, por sua vez, se sustentava em antigas variáveis culturais e sociológicas, imprimindo particularidades à formação da identidade cafeeira do estado, principalmente na região sul. Tudo isso foi favorecido por um ambiente político criado a partir da consolidação no poder de uma elite capixaba que buscava constituir o acervo básico de uma, podemos chamar, nova administração, a qual tinha plena consciência das dificuldades inerentes a uma história elaborada sempre a partir de uma posição de inferioridade do estado e do capixaba. Naquele contexto se delineou, claramente, um conceito de história que está vinculado a um determinado projeto político, e que se engaja na realização desse projeto.

Os discursos presentes nas narrativas historiográficas sobre o papel do café na vida e economia do Estado do Espírito Santo será apropriado pelo IPHAN/ES nas conduções do seu processo de patrimonialização das identidades e memórias cafeeiras, quando há o reconhecimento do processo econômico do café como formador das identidades brasileiras. O órgão de preservação do patrimônio cultural ao se munir dessa farta documentação reconhece uma determinada representação do passado. A questão da representatividade do passado, como levantou Hobsbawm<sup>63</sup> e Ranger, são tradições inventadas e se articulam na tentativa de legitimação da tradição. Entre os diversos marcos de ocupação dos espaços no Espírito Santo, o grupo à frente do movimento de preservação do patrimônio cultural optou pelo café,

---

<sup>63</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). “*A invenção das tradições*”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

estabelecendo este recorte histórico para compor, através das políticas de patrimônio cultural, os substratos materiais das memórias culturais dos espírito-santenses.

### Considerações Finais

O que buscamos aqui, portanto, não foi identificar o momento exato de criação de uma identificação da região sul com o café, estudo que nos parece inexequível, mas levantar questões teórico-metodológicas relativas à construção de narrativas e ao uso das fontes ao longo desse processo, recursos que julgamos necessários para compreender o significado político e cultural desse empreendimento que, aqui, chamamos “invenção de uma tradição”<sup>64</sup>. Tampouco constitui foco deste trabalho questionar a existência ou não de uma identidade do café para o sul do estado, mas constatar a importância dos documentos aqui analisados no estímulo e na afirmação de uma identidade cafeeira para o sul do Espírito Santo, dotada de alto valor simbólico.

De tal modo, percebemos que a espacialização e a identidade de um lugar não são algo dado: a região dos Vales e do Café é uma invenção que vem sendo organizada há muitas décadas. O espaço, o território e a paisagem são efeitos de significação, do discurso, de uma produção. Na invenção de uma região sul cafeeira, Estado, poder público e setor privado, entre outros interesses, articulam-se, concorrem e rivalizam para o esquadrihar do espaço, viabilizando a produção de uma vinculação da economia do café dos séculos XIX e XX com o estado do Espírito Santo. O turismo, a mídia, os negócios, enfim, uma rede de interesses se cria, atualizando uma imagem da região, do lugar, e da própria vida, para moradores e turistas.

A identificação das fontes sustentáculos dessa narrativa histórica, que encontra apoio de órgãos oficiais e de preservação, da mídia e do turismo, é primordial em um contexto em que a pesquisa e a transparência das políticas públicas assumem dianteira no discurso patrimonialista, de interesse público. Acredita-se que essa empreitada ajudará os pesquisadores encarregados de realizações de investigações a entender o porquê de determinados elementos materiais e imateriais serem valorizados como parte de uma história, assim como a perceber de qual história/memória se está falando nesse processo.

---

<sup>64</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). “*A invenção das tradições*”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.